ATA 2190ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte um, às nove dez horas e cinquenta minutos, realizou-se a segunda milésima centésima nonagésima reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região. Considerando o estado de pandemia declarado pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, as restrições impostas pelo Governo do Município de São Paulo, que decretou situação de emergência na cidade por meio do Decreto n° 59.283, de 16 de março de 2020, o Decreto n° 64.881, de 22 de março de 2020, que decreta quarentena no Estado de São Paulo e o Decreto 65.635, de 16 de abril de 2021, do Governo do Estado de São Paulo de prorrogação da quarentena no Estado de São Paulo até o dia 30 de abril de 2021, e com as Portarias CRP SP nº 06/2020, n° 07/2020, nº 08/2020, nº 12/2020, nº 13/2020, nº 14/2020, n° 015/2020, nº 016/2020, nº 018/2020, n° 022/2020, nº 029/2020, nº 030/2020, nº 034/2020, nº 001/21 e nº 013/21, que estabelecem o Plano de Contingência com medidas de prevenção ao contágio de pessoas pelo Coronavírus – COVID-19, em todas as dependências do Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, esta Plenária foi realizada por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Zoom. Participaram 20 (vinte) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Annie Louise Saboya Prado, Beatriz Borges Brambilla, Edgar Rodrigues, Eduardo de Menezes Pedroso, Emanoela Priscila Toledo Arruda, Ivani Francisco de Oliveira, Jumara Silvia Van De Velde, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Luciane de Almeida Jabur, Maria da Glória Calado, Maria Rozineti Gonçalves, Monica Cintrão França Ribeiro, Mônica Marques dos Santos, Murilo Centrone Ferreira, Raizel Rechtman, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Rodrigo Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira, Talita Fabiano de Carvalho e Tatiane Rosa da Silva. Participaram também Amanda Seraphico Carvalho Pereira da Silva (Gestora da Subsede Metropolitana), Jéssica dos Santos Moreira Pavanelli (Gestora da Subsede de Sorocaba), Juliana Cristina Bessa (Gestora da Subsede de Assis) e Tayná Alencar de Souza (Gestora da Subsede Baixada Santista). **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – *1.1) Justificativas de***

Ausência - Foram consideradas as justificativas de ausência das conselheiras Annie Louise (apenas para o período da manhã, estando presente no período da tarde); Ione Aparecida Xavier e Lilian Suzuki. Rememorou-se o afastamento temporário das conselheiras Ana Paula Hachich de Souza, Clarissa Moreira Pereira (Licença Maternidade), Julia Pereira Bueno, Lauren Mariana Mennocchi e Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri. ***1.2) Justificativas de ausência em plenárias anteriores*** – O plenário considerou a justificativa de ausência extemporânea da conselheira Mônica Cintrão França Ribeiro na 2187ª Plenária Ordinária realizada no dia 20 de março de 2021. ***1.3) Formação da COMSAT –*** Comunica-se a concretização do curso de formação conforme previsto no Regulamento da Comissão de Saúde do Trabalhador do CRP SP (Comsat). O Curso foi realizado em conjunto com Núcleo de Ações e Saúde do Trabalhador (NAST) dividindo-se em 7 (sete) encontros que foram finalizados no dia 09/04/2021 e contou com a participação de toda a Comissão, além algumas/uns convidadas/os (trabalhadoras/es do CRP SP e estagiárias/os), totalizando 16 (dezesseis) pessoas. Destaca-se que a escolha do curso foi democrática e participativa, potencializando as discussões das/os participantes. Foram abordadas discussões sobre a saúde do trabalhador, esperada há algum tempo, elucidando-se os papéis conceituais da Comsat, do Sindicato e retomando modelos de gestão e saúde. Algumas queixas também foram expostas, sendo explicado que aquele não era o espaço. A gestão solicitou relatório para o NAST sobre a inclusão de temáticas e queixas reveladas no curso, como retorno ao Plenário/Diretoria. As questões apresentadas pertinentes à Comsat foram encaminhadas à Comissão, que fará planejamento sobre elas visando estratégia de resolução. ***1.4) Alteração e Cancelamento de Plenárias Éticas*** - Relembra-se que, em consenso, o plenário comprometeu-se em realizar dois mutirões de plenárias éticas no primeiro semestre de 2021 e, para isso, as/os conselheiras/os se inscreveriam em quatro grupos por sábado, sendo dois grupos pela manhã e outros dois à tarde. No entanto, devido ao baixo número de inscrições, foram compostos apenas dois grupos, sendo necessário o cancelamento de duas plenárias éticas que ocorreriam nos dias 24 de abril e 22 de maio (sábados), das 13h às 16h. Sugere-se a composição de quóruns visando garantir a equidade na participação. Ressalta-se

que a inscrição da/o conselheiras nos grupos não significa, necessariamente, que comporá aquele quórum, mas que estará disponível para integrá-lo. **Encaminhamentos: 1)** Os quóruns serão refeitos, visando garantir a equidade de participação. **2)** Destaca-se a importância de inscrição das/os conselheiras/os, para garantir equidade no processo. As próximas plenárias serão realizadas no dia 24 de abril, durante totó o dia. **3)** Sugere-se que a COE encaminhe o *link* da planilha de inscrição para participação nas Plenárias Éticas no grupo das/os conselheiras/os. **4)** Informa-se que a Plenária 2188ª foi alterada de Julgamento para Plenária Ética. ***1.5) APAF (abril e maio de 2021) –*** Expõe-se que o Conselho Federal de Psicologia enviou ofício aos Regionais sobre o acordo em realizar a próxima APAF virtual em quatro dias, sendo dois dias em maio, dias 21 e 22, e dois dias em junho, dias 25 e 26. O CRP SP posicionou-se favorável, condicionando o aceite à possibilidade de participação de delegações específicas para cada um desses períodos no intuito de facilitar a participação (considerando a disponibilidade das/os conselheiras/os), bem como da garantia de subsídios com informação suficiente e que sejam recebidos em tempo hábil para discussão interna com o Plenário e posterior debate na APAF. **Encaminhamento:** Será enviado Ofício ao CFP solicitando o envio dos pontos e subsídios com antecedência. ***1.6) Melhorias do FAQ no site e novo formulário de inscrições de PF -*** Rute Alonso, coordenadora técnica-política, relata que foi reformulado o FAQ (*Frequently Asked Questions* – Perguntas frequentes) na página institucional, bem como o novo formulário de inscrições de Pessoa Física. A avaliação é positiva, por impactar a diminuição de e-mails recebidos. Anteriormente, eram cerca de 9 (nove) mil e-mails sendo reduzido para 3 (três) mil. Nesse sentido, a Unidade de Atendimento está trabalhando com período inferior ao prazo estipulado pela Resolução CFP 03/2007 de 30 (trinta) dias para inscrições. No entanto, ainda há dificuldade para acesso ao FAQ pelo celular. ***1.7) Problemas Identificados com a Cobrança de Anuidades de PJ –*** Para este ponto, participou da plenária a assessora do Atendimento, Adriana Pereira. Noticiou-se que, entre os meses de fevereiro e março de 2021, trabalhadoras/es identificaram falha na cobrança de anuidades de pessoas jurídicas em que não foram gerados 218 (duzentas e dezoito) boletos para PJs, impactando a arrecadação do CRP SP. O caso foi

relatado aos coordenadores administrativos-financeiros e à Unidade de Informática que, após buscar as possíveis causas do problema, verificou falha de checagem de dados do sistema que já corrigido com a empresa Implanta, no entanto, ainda é preciso averiguar quais os impactos para o CRP SP e possíveis soluções para a situação. Foi apresentado ao Plenário memorando detalhado sobre a questão, onde apresentam as pendências; uma análise mais detalhada da extensão dos problemas pontuados; o retorno da assessoria jurídica do CRP SP quanto à questão; resposta da Implanta quanto ao controle dos campos, bem como a informação sobre o agendamento de reunião de alinhamento a ser realizada em 22/04/2021. Diógenes Pepe, coordenador administrativo-financeiro, acrescentou a necessidade de se averiguar mais detalhes, sugerindo que sejam verificadas se as 218 (duzentas e dezoito) PJs em questão já passaram por fiscalização. Adriana Pereira, assessora do Atendimento, elucidou que 212 (duzentos e doze) desses casos envolvem o capital social e data de finalização. Considerações: 1) O Plenário sugeriu a possibilidade de sindicância para elucidações sobre o preenchimento dos campos necessários no sistema, de que forma ocorreu esse acúmulo de ocorrências e se esse problema é novo ou se realmente vem ocorrendo desde 2012, considerando que pode haver processos judiciais por parte da categoria. 2) A Diretoria apontou a necessidade de verificar os procedimentos para instauração e trâmite da Sindicância. **Encaminhamentos: 1)** Para a plenária de 08 de maio de 2021, indicou-se que a coordenação das Unidades de Atendimento, Informática e COAFI tragam respostas seguintes aos questionamentos: a) A questão é nova ou houve casos anteriores?; b) Qual impacto financeiro com descrição de valores exatos?; c) Qual solução as áreas indicam para o plenário, considerando a possibilidade de impacto jurídico?; d) Possíveis prescrições e impactos destas no processo, inclusive junto com CFP e proposta de acerto retroativo de Cota Parte; e) Consequências para gestões anteriores. **2)** Para a próxima plenária, de 08 de maio de 2021, deverá ser pautada a avaliação quanto a abertura de sindicância em relação ao problema ocorrido com as cobranças das PJ. ***1.8) COE - recentes diálogos com Conselho Federal de Psicologia sobre a Resolução CFP n° 36/2020*** - A conselheira presidenta da Comissão de Ética, Luciane Jabur, informa que mesmo com o envio de ofícios e a

realização de muitas reuniões, diversas dúvidas referentes à Resolução CFP n° 36/2020 não foram elucidadas. Após a última reunião com CFP, em 09 de abril, com a participação da COE, Diretoria e Assessorias do CRP SP, o Conselho Federal respondeu negativamente à solicitação do CRP SP de adiamento do retorno dos prazos processuais e prescricionais. Nesse sentido, faz-se necessário o retorno das/os trabalhadoras/es da COE ao trabalho presencial. Porém, considerando a situação agravante da Covid-19 no estado de SP, reflete com o plenário quais os próximos passos diante da negativa, considerando o risco de prescrição de processos. Acrescenta que foi informado ao CFP que a decisão de não retornar ao trabalho presencial visava, como ponto primordial, a preservação da vida de todas/os. Pontua-se que a competência de normatizar sobre os prazos é do CFP. A conselheira presidenta, Beatriz Borges Brambilla, relembra que o diálogo com o Federal foi antecedido pela manifestação conjunta dos Regionais e que desde o início da vigência da Resolução CFP 36/2020 não houve acordo do CFP com as questões que apresentadas pelo CRP SP. Todavia, enquanto houver orientação do governo do estado sobre restrições em razão da pandemia, manterão o trabalho remoto; posteriormente, passarão para o trabalho híbrido. O Plenário destaca, ainda, que registro da reunião realizada em 09/04 deve ser fiel à discussão realizada. ***1.9) Prorrogação da portaria do teletrabalho*** - Rute Alonso relata que, considerando o atual momento da pandemia, a proposta é estender o teletrabalho por mais 30 dias, com a concordância do plenário, informa que todas/os serão comunicadas/os sobre essa prorrogação. **Encaminhamento:** O plenário aprova a prorrogação do teletrabalho para o CRP SP, por mais 30 (trinta) dias. **II) APROVAÇÃO DAS ATAS 2147ª (06/06/20), 2153ª (18/07/2020), 2165ª (28/08/20), 2167ª (26/09/2020), 2168ª (09/10/2020), 2171ª (24/10/2020), 2173ª (07/11/2020), 2174ª (21/11/2020), 2177ª (04/12/2020) e 2179ª (19/12/20) PLENÁRIAS ORDINÁRIAS** – Raizel Rechtman submete ao plenário a aprovação das atas das Plenárias Ordinárias 2147ª (06/06/20), 2153ª (18/07/2020), 2165ª (28/08/20), 2167ª (26/09/2020), 2168ª (09/10/2020), 2171ª (24/10/2020), 2173ª (07/11/2020), 2174ª (21/11/2020), 2177ª (04/12/2020) e 2179ª (19/12/20). Todas foram enviadas previamente para leitura e considerações das/os conselheiras/os. Acrescentou-se que as referidas atas são remanescentes de 2020 e que até maio

de 2021, as atas das plenárias do presente ano devem estar em ordem. **Encaminhamento:** O plenário aprova as atas, sem alterações. **III) INSCRIÇÃO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA –** A conselheira secretária, Raizel Rechtman, submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram homologados os seguintes processos: **Pessoa Física** – 1256 (um mil duzentos e cinquenta e seis) novas inscrições, 233 (duzentas e trinta e três) reativações, 02 (duas) suspensões por desistência, 371 (trezentos e setenta e um) cancelamentos a pedido, 04 (quatro) cancelamentos por óbito e 01 (um) transferido. **Pessoa Jurídica** – 55 (cinquenta e cinco) registros, 07 (sete) cadastros e 03 (três) cancelamentos. Total geral dos processos analisados: 1932 (um mil novecentos e trinta e dois), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV) COMISSÃO DE ANÁLISE PARA A CONCESSÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE ESPECIALISTA** - Lilian Suzuki, coordenadora da CATE, informou o plenário sobre os processos para concessão de títulos de especialista recebidos no período. Na Modalidade Residência Multiprofissional foi deferido 01 processo na área de Saúde; na modalidade Curso Credenciado, deferiu-se 01 (um) processo na área Clínica e indeferiu-se 01 (um) na mesma área Clínica. Na modalidade Cursos Instituição de Ensino Superior indeferiu-se 01 (um) processo na área Escolar/Educacional e deferiu-se 02 processos na área Escolar/Educacional, 03 (três) na área Organizacional e do Trabalho; 20 (vinte) na área Trânsito, 01 (um) na área Jurídica, 05 (cinco) na área Clínica, 01 (um) na área Hospitalar, 01 (um) na área Psicopedagogia; 18 (dezoito) na área Neuropsicologia; 03 (três) na área Avaliação Psicológica e 06 (seis) na área Saúde. Na modalidade Concurso foram deferidos 01 (um) processo na área Esporte; 07 (sete) na área Hospitalar; 01 (um) na área Social, 03 (três) na área Neuropsicologia e 02 (dois) na área Saúde. Por último, na modalidade Nova Especialidade foram deferidos 14 (catorze) processos na área Avaliação Psicológica. **Encaminhamento:** O Plenário referendou os processos apresentados. **V) RECOMPOSIÇÕES NAS COMISSÕES, NUCLEOS, COMITÊS E GTS DO CRPSP** – Submete-se ao plenário as sugestões de recomposições: ***Subsede Ribeirão Preto*** – Proposta de inclusão da psicóloga Nayara Gomes Braga (CRP 06/124513) como membra da Comissão Gestora. ***Comissão Gestora***

Metropolitana - Proposta de inclusão do psicólogo Luiz Fernando Rodrigues Novais (CRP 06/165953) como de membro da Comissão Gestora. Informou-se, ainda, que a membra da CG Sandra Regina Ramos Braz (06/135164) estará em licença temporária no período de 06/04/2021 a 06/07/2021 para conclusão de seu mestrado. ***Comissão de Ética – COE*** – *Subsede Alto Tietê* - Proposta de exclusão dos colaboradores Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384) e Marcos de Sandi Duque (CRP 06/ 141697). *Subsede Campinas* – Proposta de exclusão dos membros Gamaliel Vicente Rodrigues (CRP 06/91983), Lazaro Edson de Souza (CRP 06/146535) e Virgílio Paulo da Silva Alves (CRP 06/103933) e de inclusão de Lívia Rech de Castro CRP 06/109092 como membra. *Subsede Grande ABC* – Proposta de exclusão dos colaboradores Camila Teodoro Godinho (CRP 06/98759), Rafael Winter (CRP 06/114566) e Silvia Cristina Tiezzi (CRP 06/28526) e proposta de inclusão de Luiz Henrique Lourenço Santos das Dores (CRP 06/119459) como coordenador de COE na Subsede. *Subsede São José do Rio Preto* – Proposta de exclusão de Kleber Chaves Pereira (CRP 06/77678) e Larissa Fernanda Comino Pereira (CRP 06/151224) como membros. *Subsede Sorocaba* – Proposta de exclusão de Laura Sayuri Goya (CRP 06/158.856) como membra. *Sede* – Proposta de exclusão da membra Edna Vitorino do Nascimento Silva (CRP 06/29165). ***Comissão de Orientação e Fiscalização – COF*** – *Subsede Alto Tietê* - Proposta de exclusão dos colaboradores Carlos Alberto Aleixo (CRP 06/80277) e Vivian Alves de Vasconcelos (CRP 06/ 111569). *Subsede Grande ABC* – Proposta de exclusão do colaborador Rafael Winter (CRP 06/114566). *Subsede São José do Rio Preto* – Proposta de exclusão dos colaboradores Larissa Fernanda Comino Pereira (CRP 06/151224) e Marcelo Henrique de Souza (CRP 06/124530). *Subsede Ribeirão Preto* - Proposta de inclusão de Nayara Gomes Braga (CRP 06/124513) como membra. ***Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas - CDHPP*** - Proposta de inclusão da conselheira Luciane de Almeida Jabur (06/66501) na condição de membra. ***Núcleo Envelhecimento da Subsede de Assis*** - Proposta de exclusão da coordenadora Aline Sabbadini (CRP 06/155896) e a inclusão de Jaqueline Camargo Brisola (CRP 06/120850) como membra. ***Núcleo de Educação e Despatologização da Subsede de Campinas*** - Proposta de inclusão de Bianca Totene Viqueci (CRP 06/124293), Lais Castro (CRP

06/148774), Leticia Gonzales Martins (CRP 06/160482), Monica Gobitta (CRP 06/34843), Soraya Sousa Gomes Teles da Silva (CRP 06/127035) na condição de membras/os. ***Núcleo Intersetorial da Subsede Alto Tietê*** - Proposta de inclusão de Carolina Jacob da Costa Lima (CRP 06/ 63214), Clarice Lopes Araujo (CRP 06/117821), Juliana Falchete Martins Prado (CRP 06/105814), Rodrigo de Souza Maia (CRP 06/ 101551) como membras/os e de exclusão dos membros Carlos Alberto Aleixo (CRP 06/80277), Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384), Marcos de Sandi Duque (CRP 06/ 141697) e Vivian Alves de Vasconcelos (CRP 06/ 111569). ***Núcleo de Educação da Subsede de Bauru*** - Proposta de inclusão de Elisangela Schmoller Luciano (CRP 06/78395) como membra e de exclusão do membro Ricardo Massuda Oyama (CRP 06/124320). ***Núcleo Mulheres da Subsede de Bauru*** - Proposta de exclusão da membra Ágata Zanatta Urbano (CRP 06/128922). ***Núcleo de Psicologia e Deficiência da Subsede de Bauru*** - Proposta de exclusão dos membros Helen Cazani Maciel (CRP 06/87377) e José Tadeu Acuna (CRP 06/122225). ***Núcleo Psicologia Emergências e Desastres da Subsede Grande ABC*** - Proposta de inclusão de Aline Alves Prates (CRP 06/130024) e Sandra Luzia Assis da Silva (CRP 06/120467) como membras. ***Núcleo de Emergências e Desastres da Subsede de Campinas*** - Proposta de inclusão de Isis dos Santos Molica (CRP 06/168950) como membra. ***Núcleo Psicologia nas Terapias Assistidas com Animais da Comissão Gestora Metropolitana*** - Proposta de exclusão das membras Francisca de Oliveira Batista, Sandra dos Santos (CRP 06/138654) e Sheila Santos Ferreira (CRP 06/84131). ***Núcleo Psicologia e Movimentos Sociais da Comissão Gestora Metropolitana*** - Proposta de exclusão do membro Eric Calderoni (CRP 06/67041). ***Núcleo Psicologia e Pessoa com Deficiência da Comissão Gestora Metropolitana*** - Proposta a inclusão de Ana Tereza Da Silva Marques (CRP 06/141032) e Ruth Campos de Moraes Prata (CRP 06/4001) como membras. ***Núcleo Psicologia e Educação da Comissão Gestora Metropolitana*** - Proposta a exclusão da membra Sandra dos Santos (CRP 06/138654) e a inclusão de Jéssica Moyses como colaboradora (estudante). ***Criação do Núcleo Psicologia Corpos Sexualidades e Gêneros da Subsede do Grande ABC*** – Proposta de criação do Núcleo, com a inclusão de Tatiane Rosa como coordenadora e de Andre do

Nascimento Gabriel (CRP 06/154951), Marcelo de Jesus Braga (CRP 06/162475), Rafael Winter (CRP 06/114566) como membros. ***Criação do Núcleo Psicologia e Educação da Subsede Grande ABC*** – Proposta a criação do Núcleo, com a inclusão de Maria da Penha Tamburú Ivanchuk Lopes (CRP 06/46649), como coordenadora, e de Adriana das Graças Cardoso Cândido (CRP 06/131345), Alacir Villa Valle Cruces (CRP 06/5508), Amanda Salustiano B. Dos Reis (CRP 06/154008), Maraísa Castro de Souza (CRP 06/115933), Marcelo Ferreira Schiavo (CRP 06/109462) e Matheus Marques Neumann (CRP 06/162870) como membras/os. ***Criação do Núcleo Psicologia e Formação da Subsede Grande ABC -*** Proposta de criação do Núcleo, com a inclusão de Maria da Penha Tamburú Ivanchuk Lopes (CRP 06/46649), como coordenadora, e de Alacir Villa Valle Cruces (CRP 06/ 5508), Angélica Capelari (CRP 06/ 55885), Dalva Loreatto dos Santos (CRP 06/6791), Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838) e Rafael Campos de Oliveira Dutra (CRP 06/90103) como membras/os. ***Criação do Núcleo Psicologia Organizacional e do Trabalho*** – Proposta a criação do Núcleo, com a inclusão de Suzana de Mello Contieri (CRP 06/ 61787) como coordenadora. ***Criação do Núcleo Psicologia do Trânsito e Mobilidade Humana*** - Proposta de criação do Núcleo, com a inclusão de Amanda Denadai Moreira (CRP 06/79665) como coordenadora. ***Criação do Internúcleos (Criança e Adolescente + Despatologização e Educação) na Subsede Campinas -*** Proposta de criação do Internúcloes, com a inclusão de Rosangela de Fátima Villar (CRP 06/ 8458) como coordenadora, Suely Castaldi Ortiz da Silva (CRP 06/ 60201), como subcoordenadora e por Cibele Sanches (CRP 06/68323), Débora Cristina Fonseca (CRP 06/48757), Lais de Castro (CRP 06/148774), Leticia Gonzales Martins (CRP 06/160482), Marcos Antonio Barbieri Gonçalves (CRP 06/91318), Ricardo de Castro e Silva (CRP 06/16397) e Soraya Sousa Gomes Teles (CRP 06/127035) como membras/os. ***Alteração do nome do Núcleo de Educação e Despatologização da Subsede de Campinas –*** Proposta de alteração do nome do Núcleo para “Núcleo de Despatologização e Educação + GT Lei 13935/19 da Subsede de Campinas”, com a inclusão de Bianca Totene Viqueci (CRP 06/124293), Lais de Castro (CRP 06/148774), Leticia Gonzales Martins (CRP 06/160482), Monica Gobitta (CRP 06/34843) e Soraya Sousa Gomes Teles (CRP

06/127035) como membras. ***Alteração do nome do Núcleo de Diversidade Sexual da Subsede de Campinas -*** Proposta de alteração do nome do Núcleo para "Núcleo de Sexualidade e Gênero" e a inclusão de Carlos Henrique Ferreira da Silva (06/160213) e Eduardo Ramos Belanga (06/159894) como membros. Ademais, o ***Grupo Temático Psicologia e Pessoa com Deficiência (CDHPP)*** – Proposta de inclusão de Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032) e Ruth Campos de Moraes Prata (CRP 06/4001) como membras pela Comissão Gestora Metropolitana. **Encaminhamentos: 1)** Foram aprovadas as inclusões e exclusões indicadas, conforme pautado e informado no momento da plenária, com as seguintes ressalvas: a) A proposta de criação do Intersetorial Criança e Adolescente + Despatologização e Educação da Subsede de Campinas foi acatada, porém, considerou-se que, neste momento, poderiam ser realizadas reuniões entre os núcleos, considerando, inclusive, a resolução vigente sobre instâncias de participação do CRP SP. Assim, serão incluídas essas orientações no manual dos núcleos. b) A respeito da alteração de nome Núcleo de Educação e Despatologização da Subsede de Campinas para Núcleo de Despatologização e Educação + GT Lei 13935/19 da Subsede de Campinas, o plenário considerou que já existe o GT Estadual sobre a Lei 13935/19 com representações de Subsedes. Assim, sugere-se que a Lei seja pauta do núcleo, sem composição como GT. Ressaltou-se o alinhamento político e normativo do CRP e da importância da Comissão Gestora para este alinhamento e mediação com núcleo. Assim, o plenário mantém a nomenclatura original do núcleo, Núcleo de Despatologização e Educação, acatando as inclusões indicadas. **2)** Indicou-se a realização de reunião da Diretoria com a Comissão Gestora de Campinas. **3)** Sugeriu-se informe sobre o GT da Lei 13935/19 à plenária. **4)** Elucidou-se que para inclusão de membras no GT Psicologia e Pessoa com Deficiência da CDHPP é preciso que essas indicações integrem a CDHPP, por meio do GT. **5)** Registra-se, para o Fórum de Gestoras, a discussão sobre os GTs, informações sobre grupos; paridade, proporcionalidade, presença nas representações pelo CRP SP (mulheres, pessoas negras, PcD e trans em especial). **VI) REPRESENTAÇÃO EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E ENTIDADES** - ***6.1) Conselho Municipal do Idoso de Assis –*** Propõe-se a exclusão da representante do CRP SP Aline Sabbadini (CRP

06/155896) e a inclusão, enquanto representante titular, de Camila Cuencas Funari Mendes e Silva (CRP 06/ 06/85602). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e inclusão indicadas. ***6.2) Conselho Municipal de Educação de Assis*** – Proposta de inclusão de Jaqueline Camargo Brisola (CRP 06/120850), enquanto representante suplente do CRP SP. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. ***6.3) Conselho Municipal do Idoso de Campinas*** – Proposta de inclusão de Rosemary Assis (CRP 06/14006), enquanto representante suplente do CRP SP. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão indicada. ***6.4) Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo – FME*** – Proposta de exclusão da representante titular do CRP SP, Sandra dos Santos (CRP 06/138654) e, inclusão, enquanto representante titular, de Laura Marisa Carniello Calejon (CRP 06/2585). **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão e inclusão indicadas. ***6.5) Comissão Municipal de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes – CMESCA -*** Proposta de exclusão da representante suplente do CRP SP, Sandra dos Santos (CRP 06/138654). **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta. **VII) INFORMES – CONTINUAÇÃO** – ***7.1) AASPTJ*** - A Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AASPTJ) realizou reunião em 14/04/2021 com a participação do CRESS SP e CRP SP (representado pelo conselheiro Edgar Rodrigues e pela conselheira Mônica Marques dos Santos) onde destacou-se a Nota orientativa do CFP sobre o uso de testes psicológicos informatizados/computadorizados e/ou de aplicação remota/online. Na ocasião, foi informado que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) implantará a obrigatoriedade do teletrabalho e, com isso, realizarão atividades de escuta especializada e avaliação psicológica de forma remota. Foi também deliberada nova reunião virtual ampliada em 22/04, às 18h, para tratar sobre o teletrabalho para além da pandemia, situação que envolve muita angústia por parte da categoria de psicólogas/os daquele Tribunal, assim, a ideia é uma Roda de Conversa para ouvir a categoria. O CRP SP terá fala de 10 minutos para seu posicionamento. Monica Marques se colocou à disposição para representar o CRP SP e questionou se mais algum representante do CRP SP também poderia participar. Indica-se, ainda, que a psicóloga analista técnica da COF que acompanha a temática não poderá participar nessa ocasião.

Considerações dos presentes: 1) A conselheira presidenta destaca que as/os psicólogas/os no TJ SP avaliam que não podem fazer avaliação psicológica de forma remota e, nesse sentido, entende que precisam radicalizar o entendimento de que, embora outras práticas sejam possíveis, não é possível produzir avaliação psicológica em formato *on-line*. Sobre o Depoimento Especial, a presidenta ponderou que não é prática de psicóloga/o e, portanto, as/os psicólogas/os não deveriam realizar. Igualmente, coloca-se à disposição para contribuir com essa questão. 2) A conselheira Mônica Marques elucida que os juízes ordenam que seja colhido o depoimento especial, aqueles que não o fazem, sofrem processos administrativos. Sugere a possibilidade de ampliar a participação no GT sobre Escuta Especial às psicólogas do TJSP. 3) O Plenário salienta a importância de envolver a Rede Socioassistencial, uma vez que muitas/os psicólogas/os são intimadas depois, como testemunha. 4) Propôs-se a criação de um GT de Justiça, junto à CDHPP e/ou à COF, com a participação do Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo (Sinpsi), da Rede Socioassistencial e do Movimento pela Proteção Integral de crianças e adolescentes. **Encaminhamentos:** Aprova-se a criação do GT de Justiça no âmbito da CDHPP, em articulação com a COF. O GT será organizado a partir de articulação com a psicóloga Marcia Cristina Schwarz Mendes (CRP 06/34201), membra do Núcleo Temático Psicologia na Interface com a Justiça da Subsede de Assis. ***7.2) Comissão de Psicoterapias e Avaliação Psicológica*** - O conselheiro Edgar Rodrigues faz informe sobre reunião da Comissão de Psicoterapias e Avaliação Psicológica (CPAP) em que foi discutida a decisão do STF sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3481, considerando inconstitucional os dispositivos da Resolução CFP nº 02/2003 e permitindo a comercialização e o uso de manuais de testes para além de profissionais inscritos no Sistema Conselhos de Psicologia. O conselheiro propôs a realização de diálogo com as editoras para ampliar a discussão. O plenário ressalta que o assunto vem sendo discutido há bastante tempo e que o Conselho Federal realizará o Seminário Nacional e uma Consulta Pública a respeito do assunto. O Plenário complementa que na gestão passada foram realizadas várias reuniões com editoras para falar sobre a comercialização dos testes, em que muitas concordam com o posicionamento a respeito da necessidade da privatividade da

utilização desses testes. No entanto, pontua-se que, apesar da concordância pela restrição desses manuais, as editoras correm o risco de sofrer processos se não os comercializarem. **Encaminhamentos: 1)** A CPAP e a COF serão convidadas para a reunião com a Diretoria, a ser agendada, para pensar os próximos passos em relação ao assunto. **2)** É importante que o CRP SP auxilie na divulgação do Seminário de Psicoterapias do CFP que ocorrerá em 24/04 e da Consulta Pública sobre a Psicoterapia ser ou não privativa de psicólogas/os, que será publicada no dia 26/04. ***7.3) Condepe*** - A conselheira Maria da Glória Calado, representante do CRP SP no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), expôs que devido à não aprovado o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos do Condepe (conforme informado na 2183ª Plenária Ordinária, de 09/02/2021), este será colocado como diretrizes para o Plano Estadual de Educação e Direitos Humanos a ser apresentado nas Secretarias de Educação. Será também instituída uma Comissão Intersetorial com participação das Secretarias de Educação e de Saúde e outras entidades que articularão um Projeto de Lei sobre o assunto. Tal Comissão também ficará responsável por revisar texto que será apresentado como diretriz por meio do referido PL. ***7.4) Acordo do Plenário sobre informes*** - O plenário acordou que os Informes deverão ser enviados por escrito, com antecedência e com detalhamento, para garantir tempo para discussão de pontos deliberativos em plenária. A Diretoria recordou, ainda, que às sextas-feiras, das 13h às 14h, tem realizado reuniões internas às quais todas/os as/os conselheiras/os são convidadas a participar. **VIII) CENTRO DE REFERÊNCIAS TÉCNICAS EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS – CREPOP – MOSTRA DE PRÁTICAS DA PSICOLOGIA NA PANDEMIA** – A conselheira Talita Fabiano de Carvalho discorre sobre a proposta de realização da II Mostra de Práticas da Psicologia na Pandemia em 2021, sugerindo o tema "linhas de cuidado" em função da continuidade do contexto pandêmico e como conjuntura afeta a saúde mental da população e os fluxos que as profissionais de psicologia têm delineado na oferta do cuidado à população, podendo ser esse tema amplo destrinchado e reorganizado de acordo com as sugestões do Plenário, que também precisaria deliberar sobre a manutenção dos eixos da edição anterior (atendimento presencial da linha de frente e atendimento online), do modelo das

apresentações de trabalhos (vídeos de três minutos ou apresentação oral a partir de inscrição prévia e apresentação em salas organizadas em ambiente virtual da plataforma Zoom) e período de realização. Relata, igualmente, o contato com conselheiras do CRP RJ e do CRP ES sobre a organização da Mostra que culminou com a proposta de realização de uma Mostra Regional no Sudeste. Considerações dos presentes: 1) O plenário posiciona-se favorável à proposta de Mostra Regional, indicando-se, inclusive, a possibilidade de publicação conjunta como resultado do referido evento, destacando-se que, independentemente da realização de atividade regional, deveria ser realizada a II Mostra de São Paulo, pela importância da edição anterior que vinculou muitas/os psicólogas/os. 2) Sobre o tema, indica-se que nem todas as profissionais se identificam com expressão "linhas de cuidado", orientação ontológica do ponto de vista da saúde coletiva, sendo necessário discutir uma forma de articulação com outras áreas como educação, psicologia organizacional, avaliação psicológica, entre outras. 3) Sugere-se uma ideia ampla de transformação em que a sociedade e a Psicologia caminham para o pós-pandemia. No entanto, pondera-se a possibilidade de não destacar a pandemia, visto que algumas profissionais mantém a prática presencial, ou seja, a situação coexiste com plataformas de serviço de Psicologia que foram criadas antes da pandemia e que não necessariamente fazem essa reflexão. 4) Quanto aos eixos, relembra-se que na organização da primeira edição entendeu-se que todo o trabalho era essencial, mas que se dividia entre presencial (linha de frente) e atendimento on-line. Somente a partir das inscrições os eixos, foram se subdividindo em Direitos Humanos, Saúde, Educação, Formação etc. Sugere-se verificar o relatório da I Mostra para verificar essas categorias, na intenção de que as/os psicólogas/os possam se reconhecer. 5) Manifesta-se a possibilidade de organização individual, em datas específicas, de grandes temas como Educação (considerando as dificuldades atuais), Psicoterapias (por ser um tema muito procurado), Políticas Públicas e Direitos Humanos, sendo os demais temas transversalizados entre si, sendo que temas comporiam a mesma programação e com a possibilidade de se estender por uma semana. 6) A conselheira Annie Louise Saboya Prado, que auxiliou na organização da I Mostra, enfatizou as dificuldades relacionadas à avaliação dos trabalhos que gerou muitos

questionamentos sobre os critérios de avaliação e reprovações, relembrando-se que foi utilizado o vínculo da COF para orientar quanto à ética profissional tanto para trabalhos aprovados (a partir de parecer da COF), quando reprovados (com orientação da Comissão). Nesse sentido, expõe-se que o CREPOP poderia se responsabilizar pela organização desde que contasse com o apoio de outras/os conselheiras/os do plenário. Indicaram-se as conselheiras Mônica Cintrão, Luciane Jabur, Annie Louise (especificamente para apoiar com o edital) e o conselheiro Rodrigo Toledo. **Encaminhamentos: 1)** O Plenário concorda com a realização da Mostra no mês de agosto, aprovando também uma possível realização de Mostra da região sudeste com os Regionais do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Assim como acatou a proposta de utilizar 04 finais de semana do mês de agosto para trabalhar nas questões como organização e divulgação. **2)** O Crepop organizará a Mostra com o auxílio de conselheiras/os que se proporem a colaborar. Frisou-se que a organização deverá ser tranversalizada com o plenário que costumeiramente assume a organização do mês da psicóloga. **3)** Indicações para colaborar: Beatriz Borges Brambilla, Annie Louise (para o edital), Luciane Jabur, Mônica Cintrão e Rodrigo Toledo. **4)** Verificar como transversalizar essa organização com a Plenária por se tratar do mês da psicóloga. **IX) MONITORAMENTO** – Raizel Rechtman informa que a Flacso se reuniu com as/os responsáveis por cada resultado para a realização da primeira rodada do ciclo do monitoramento das prioridades do Planejamento Estratégico da gestão. Em 2020, tiveram 19 (dezenove) objetivos. Para 2021, são 9 (nove) objetivos, considerados como prioridades. Além disso, em reunião realizada no dia 16/04, a Diretoria repactuou os Planos de Ação com as/os responsáveis por cada uma dessas prioridades. A Flacso, por sua vez, avaliou o cronograma de ações para realização de cada prioridade, categorizando-as como "crítica", "alerta" ou "satisfatória", a depender do andamento de cada uma delas. Três prioridades foram categorizadas com "alerta", duas como "críticas" e as demais como "satisfatórias". A mesa diretoria discutiu apenas as prioridades consideradas como "críticas" ou "alertas". As prioridades 'orientação continuada', 'CATE' e 'monitoramento das ações políticas' foram categorizadas como "alerta". **Prioridade "Orientação Continuada"** - Para discutir a prioridade relativa à orientação continuada foi agendada reunião em 21/04 e, na próxima Plenária

Ordinária, em maio, os responsáveis apresentarão o que foi repactuado. **Prioridade CATE** - Recebeu status de "alerta", pois o diagnóstico não foi contemplado conforme o previsto. Esse diagnóstico será tratado em reunião que definirá os temas recorrentes sem necessidade de muita pesquisa e levantamentos. Além disso, os próximos passos serão estabelecidos no sentido de garantir o cunho político. Prioridade **"Monitoramento das Ações Políticas"** - Para a prioridade de monitoramento das ações políticas foi pactuada uma nova redação, no intuído de substituir uma ação que era bastante grande e complexa, para um texto um resultado mais voltado às informações geradas ou monitoradas a partir da Secretaria. Esse resultado está envolto na implementação do Sistema SEI, no entanto, as adequações necessárias serão realizadas a medida do possível, não devendo ficar apenas no aguardo do Sistema, ainda que sua implantação esteja próxima. Uma das questões que devem ser revistas diz respeito à participação da Secretaria nas Plenárias Ordinárias e elaboração das respectivas atas, que passariam a ser realizados de forma terceirizada. Posteriormente, a nova redação da prioridade será informada a todas/os. As prioridades alocadas na categoria "Crítica" são relacionadas ao 'Atendimento' e à 'Adoção do trabalho no modelo híbrido' (presencial e teletrabalho). **Prioridade "Atendimento" -** Muitas questões que envolvem o atendimento à categoria têm evoluído, sendo criado um mapeamento de todas as necessidades desse setor. Na próxima reunião de Diretoria, a assessoria da Unidade de Atendimento, Adriana Pereira, fará apresentação dos principais problemas do atendimento, bem como das formas e prazos para a resolução. A nova CIP é uma dessas questões, porém foi acordado que o primeiro passo é ter esse plano que será apresentado à Diretoria. Acrescentou-se que a coordenadora do atendimento e o assessor de TI do CRP SP participarão de reunião do GT TI do Conselho Federal, agendada para 26/04, em que será discutido o plano tático para implementação do BRC e como fazer que esse sistema responda a diversas questões. A intenção é iniciarem a sua implantação entre o fim de abril e início de maio. **Prioridade "Adoção de modelo híbrido" -** Considera-se que essa prioridade é a que se encontra em estado mais crítico, pois entende-se que o CRP SP ainda não tem condições de voltar ao trabalho presencial. Mas, devido a exigências do CFP, as Comissões de Ética

(COE) e Orientação e Fiscalização (COF) devem retornar às atividades *in loco*. O grupo responsável por essa prioridade sugeriu a contratação de uma assessoria para acompanhar o processo de implementação do plano de biossegurança, cuja finalização estaria prevista para o mês de julho. Na reunião de Diretoria realizada em 16 de abril, decidiu-se que a apresentação do plano seja realizada ainda no mês de maio e que não haja essa contratação de uma assessoria para acompanhar o processo de biossegurança, o que postergaria o prazo para apresentação somente para julho. Para além da estrutura, apontou-se ser preciso definir quem voltará, qual será a jornada, entre outros. A Diretoria sugeriu, ainda, que seja avaliada a forma como outros conselhos profissionais de São Paulo que já retornaram às atividades presenciais conseguiram realizar as adequações necessárias. Ao finalizar a apresentação, noticiou-se a criação de página contendo todas as ações políticas delineadas a partir do planejamento (calendário) da CDHPP, sendo organizadas por Subsede e Eixo. A página entregue pela Flacso será constantemente atualizada pela CDHPP com o status dessas ações. Considerações do Plenário: 1) Após questionamento do plenário, expõe-se que a apresentação do levantamento feito com as áreas e as Subsedes sobre o trabalho híbrido está prevista para o dia 07 de maio, após o retorno de férias da funcionária responsável pela gestão de pessoas, responsável pelo levantamento. 2) Quanto ao programa de orientação continuada, informa-se que a COF está acompanhando e a proposta do currículo será finalizada considerando os públicos-alvo. 3) Sobre o planejamento das subsedes a partir da agenda política da CDHPP, elucida-se que a intenção é que essa ação da Comissão seja como uma espécie de projeto piloto e, a partir disso, possam ampliar para as outras ações. Além disso, o monitoramento com a Flacso será inicialmente feito em partes, a partir dos 19 resultados e somente será possível realizar planejamento e monitoramento do todo posteriormente. O objetivo futuro é que todas as ações sejam registradas em um único espaço. 4) Sugere-se que essa agenda compartilhada de outras ações seja construída a partir do GT Diálogos. 5) Destaca-se a importância do apoio da Flacso, pois notou-se um reconhecimento das trabalhadoras de que a gestão pretende melhorar os processos. Porém, entendeu-se que as trabalhadoras esperavam que o plenário fosse ser o responsável pelo andamento das

prioridades. Há muitas prioridades voltadas à área política, porém, por envolverem mudança de fluxo e dos processos, frisou-se a importante tornar-se parte da cultura organizacional. Assim, todas as prioridades estão sob responsabilidade de trabalhadoras/es. **Encaminhamentos: 1)** O plenário concordou com a repactuação dos planos de ação das prioridades, conforme apresentado. **2)** A agenda das demais ações deverá ser construída a partir do GT Diálogos. **X) AUDITORIA** - A Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S., representada pelo contador Fábio Marchesini, participou da sessão plenária a fim de descrever os procedimentos previamente acordados com a referida assessoria. Devido ao tempo reduzido, a apresentação foi resumida focando apenas alguns pontos identificados no relatório que foi construído com base nos saldos bancários, movimentações financeiras e aspectos trabalhistas. No intuito de auxiliar a organização de quais medidas seriam prioritárias para regularização, foram destacados 13 pontos com observações e recomendações, categorizando-os como prioridade alta (38%) e prioridade média ou baixa (62%). O trabalho foi realizado em duas partes, primeiro por amostragem, na movimentação do ano, de forma individual, e posteriormente a partir da conciliação dos saldos. Um dos pontos ressaltados foram as anuidades. A partir de amostragem, não foram identificaram grandes problemas, no entanto, na checagem do total acumulado os problemas foram evidenciados. Encontraram dificuldades na conciliação financeira, o sistema não se encontra parametrizado para realizar a baixa dos títulos por meio da utilização dos arquivos de retorno bancário, resultando na conciliação manual dos pagamentos, assim, a interferência manual é bastante grande. Sobre os processos de cobrança, não há rotina entre Jurídico, Contabilidade e Financeiro para terem os dados consolidados. Foi feito processo de aderência/consistência do sistema para verificar se ele atendia as demandas e dificuldades descritas acima e o sistema foi considerado ruim. Na migração para outro sistema (BRC), é preciso garantir que ele atenderá a esses quesitos. Atualmente, a integração dos dados do financeiro para contabilidade é manual. Há um saldo de 35% do ativo total em que tanto a contabilidade como o financeiro não conseguiram detalhar qual o período e a ação. Trata-se de uma questão acumulada ao longo dos anos. Talvez o novo sistema possa ser funcional para o futuro, mas há um problema anterior. Assim, entre os pontos identificados, o

mais significativo foi a necessidade de conciliação entre financeiro e contabilidade. É preciso verificar se o novo sistema contratado solucionará esses problemas. O novo sistema deve atender a duas etapas, o saldo existente até o momento e o saldo composto. Caso contrário, haverá duas células para contas a receber: conciliado e não conciliado. Para contas a pagar, foi indicada a mesma problemática percebida em contas a receber, ou seja, a ausência de composição e conciliação dos saldos. Além disso, destacaram-se outras questões encontradas: 1) aspectos trabalhistas, como a ausência de certidão de débitos relativos à créditos federais (certidão de SEFIP e recolhimento de dez/19 da Subsede Campinas, que não constam o CNPJ no comprovante); 2) Elaboração de contrato mútuo com ex-funcionário em que na rescisão o sistema utilizado não abateu o adiantamento salarial que havia sido realizado no mês; 3) Revisão do Relatório do ativo imobilizado, composta por itens já classificados como "fora de uso" e atualização do termo de responsabilidade; 4) Depósito judicial não informado em carta de posicionamento enviada pelos advogados; 5) Identificação de algumas contabilizações em contas incorretas (cota parte, contribuições a conta divulgação e eventos de folha). Destacou-se que a questão não é somente de 2019, mas de saldos referentes a anos anteriores. No individual, do ano de 2019, não foram encontrados problemas. No entanto, é possível que essas questões surjam na migração dos dados. Um dos controles importantes é referente à prerrogativa de conciliação bancária (CNAB) que o sistema não consegue realizar automaticamente, apensar dos altos custos com a geração dos boletos. A baixa deveria ser via sistema, sem depender de conciliação manual. Considerações: 1) O conselheiro tesoureiro Rodrigo Toledo sintetiza que os resultados apontam um conjunto de questões que envolvem, especialmente, uma interferência manual e dificultam os rastreios dos dados. Indica que as justificativas que chegam a ele remontam à expectativa da informatização dos dados. Ressalta, ainda, que não é possível rastrear fraudes e desvios. Não que a gestão entenda que ocorram, mas considerando o cenário apresentado, é difícil dizer se existe ou não. Frisou, ainda, que auditoria não apontaria fraudes, mas sim as fragilidades. 2) O plenário indaga se a resolução aos problemas apresentados não estaria contemplada nos módulos da BRC. 3) Em resposta, Fábio Marchesini informa que o trabalho executado não

abrange os detalhes do sistema, apenas observa as questões devem estar contempladas em sistema futuro. 4) Diógenes Pepe, coordenador administrativo-financeiro, elucida que o sistema atual que alimenta a Contabilidade e o Financeiro não é integrado, ficando as informações isoladas na informática, onde gera-se o relatório para fazer conciliação de modo manual. O novo sistema (BRC) tem previsto módulo financeiro, contudo, é preciso verificar se inclui todos esses dados. Acrescenta que a Unidade de Informática contatou a Implanta para verificar como resolver a questão enquanto o novo sistema não é implantado. Ademais, o assessor de TI está articulando reunião com outros Regionais para verificar se o sistema BRC contemplará a área financeira. Após dúvida de como foram fechados os balanços, expôs-se que as movimentações anuais vêm sendo geradas. A Contabilidade faz o processo de entrada da receita e recebimentos, pelo valor da anuidade e, junto com relatório de TI, gera contas a receber e contas do ano; o financeiro informa o valor recebido e, a partir disso, vão fazendo a baixa dos valores recebidos. Porém, é necessário detalhamento do contas a receber. Não há detalhamento e o saldo é de anos anteriores. 5) A conselheira presidenta, Beatriz Borges Brambilla, questiona qual serviço o CRP SP precisaria contratar para possibilitar mais segurança nesse processo, por não haver certeza sobre algumas questões como as contas abertas da autarquia. 6) Fábio Marchesini explica que a contratação realizada é chamada "procedimentos previamente acordados", que não é uma auditoria, uma vez que auditoria não tem procedimentos acordados, apenas os aspectos dispostos em lei. Nos procedimentos, focam naquilo solicitado pelo administrador, mas com aumento da amostragem. 7) A conselheira presidenta registra o agradecimento a todos aos apontamentos. Acrescenta que no lugar de conselheira/os, iniciaram a gestão nessas condições e estão preocupadas/os e com entendimento de que essa situação não pode perdurar. Impressiona os números, os resultados e os aspectos da gestão. Após a participação da empresa, os presentes continuaram a discussão sobre o assunto. 8) O coordenador administrativo-financeiro comentou que existe controle sintético do que há para receber, ficando o gerenciamento total no Siscaf, alocado no servidor de TI, onde é feito o controle individualizado das anuidades e a partir disso são feitas as cobranças, recobranças, dívida ativa, baixa (em caso de falecimento), bem como

isenção para pessoas acima de 65 anos. A contabilidade controla os débitos e créditos pelo total. É preciso filtrar, estabelecer critérios e ir buscar a composição desses valores. Sobre a ausência de cobrança de anuidades de algumas PJs desde o ano de 2012, pontua que o problema está relacionado a campos na conta de PJ que não foram preenchidos (como capital social) e o sistema não bloqueia deixar campos em aberto. O sistema atual não inibe a inserção dessas PJs com campos em branco. Quando é gerado o boleto, estabelecem critérios, ativos, capital e data de registro. Se esse registro está corrompido, o sistema não inclui essas PJs na busca para a geração dos boletos, e não há como rastrear isso. O profissional faz inscrição e isso é lançado no sistema. No atendimento, os dados são conferidos antes de arquivar a ficha cadastral, assim, é difícil responsabilizar um profissional específico. O Sistema é falho e as melhorias estão sendo verificadas. É importante ter anexado, em arquivo, quais são as contas individuais que compõem o total. Atualmente, a informática que precisa gerar o relatório e todo o processo é feito de forma manual. 9) O conselheiro tesoureiro Rodrigo Toledo destaca a importância de refletir sobre as ações futuras para solucionar essas questões apontando que é preciso retirar o controle das contas da área de TI e repassá-las para a Contabilidade. Sugere, igualmente, que todas as áreas envolvidas (RH, financeiro, contabilidade e informática) apresentem um plano de resolução de suas questões, ainda que seja indicada solução provisória, antes da entrega do novo sistema. **Encaminhamentos: 1)** Indicou-se que COAFI apresente ao plenário desde quando ocorre a situação apontada pela auditoria, com plano de ação com cronograma, que não espere o ingresso do BRC. **2)** Se necessário, os supervisores de outras áreas podem participar da plenária (Jurídico, RH, Contabilidade e Informática); 3) O assunto deve ser apresentado à Diretoria com antecedência à plenária; 4) Na próxima plenária, será pautada a avaliação da abertura de sindicância, já indicada. Indicou-se que o assunto também poderá ser discutido em reunião agendada para 21/04 somente para conselheiras/os. **XI) APAF – ASSEMBLEIA DE POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS** – Beatriz Brambilla relembra que foi compartilhada com o plenário uma planilha contendo os contatos dos GTs da APAF e as/os conselheiras/os se comprometeram a informar o andamento das discussões desses GTs. No entanto,

muitas/os não terão o que informar neste momento, visto que não houve trabalho de alguns grupos. Apresenta preocupação em relação à realização de uma APAF com duração de quatro dias sem o recebimento dos subsídios ou sem que tenha ocorrido atividades dos grupos de trabalho. Na sequência, foram feitos os seguintes informes: GT Anuidades: a conselheira Ivani Francisco de Oliveira representa o CRP SP no referido GT e relata que o grupo está realizando levantamento junto aos Regionais pra verificar o que pode ser disposto em resolução sobre isenção. GT para Evidenciar a Resolução nº 018/2002: A conselheira Ivani Francisco de Oliveira também representa o CRP SP nesse grupo. Ela conta que atualmente o mesmo está praticamente sem atividades. GT Psicoterapias: A conselheira Talita Fabiano de Carvalho informa que contatou a representante da região Sudeste. A última reunião foi realizada em novembro, sendo deliberada a Consulta Pública sobre psicoterapias ser ou não privativa de psicólogas/os. GT Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia: A conselheira Luciane Jabur, que compõe o GT, expõe que foram realizadas duas reuniões em 2020 para discutir as pautas do GT, sendo uma delas a Resolução para publicidade. COE e COF contribuíram para a Resolução, que ainda não foi publicada. Acrescentou que a POF (Política de Orientação e Fiscalização) é coordenada pela Secretaria de Orientação e Ética (SOE) do CFP que se encontra em situação delicada após o falecimento de Aluízio Lopes de Brito, membro *ad hoc*. Assim, comentou não saber como agir no sentido de pedir a retomada das atividades ou dialogar com outros Regionais no sentido de buscar impulsionar o andamento do grupo de trabalho. GT TI: estão sendo realizadas diversas atividades simultâneas. GT Nova CIP – a questão está sendo tratada da mesma forma que foi para implementar o BRC, em que os técnicos ficam a frente, sem envolver o político. Agora precisam tentar minimizar os danos disso. Estão com o objeto de licitação para contratação da empresa que fará as novas CIP. **Encaminhamentos:** Em Reunião de Diretoria agendada para 30/04 será discutido o Plano tático de TI com relação às diversas demandas que envolvem o CFP. Sugeriu-se, ainda, a realização de plenária com pauta única APAF, visando discutir os diversos problemas. **XII) ENTRADA DE NOVA TRABALHADORA** - A conselheira presidenta informou que uma nova funcionária

foi contratada para auxiliar com questões operacionais junto à Diretoria. **XIII) CRIAÇÃO DE MEMORIAL PARA COLEGAS DE PROFISSÃO** – Indica-se que, cada vez mais, recebem notícias de colegas do território que faleceram em razão da Covid-19. Assim como há uma página específica para o tema coronavírus, foi sugerida a criação de um espaço com fotos e falas das/os familiares de psicólogas anônimas mortas pela covid. Informou-se que a Comissão de História e Memória da Psicologia havia discutido um projeto semelhante anteriormente com a Comissão de Comunicação, mas na ocasião não foi possível concretizá-lo. **Encaminhamento:** Incumbiu-se à CHMP a responsabilidade de encaminhar esse projeto. **XIV) COMUNICAÇÃO INTERNA VIA E-MAIL** - Falou-se das dificuldades na comunicação interna e de mensagens consideradas agressiva entre conselheiras e trabalhadoras. Com o trabalho remoto, as comunicações passaram a ser todas digitais e, assim, sentiu-se a necessidade de trazer o tema novamente. Foi solicitada a atenção das coordenadoras e supervisoras das instâncias para que sigam uma comunicação mais assertiva e não violenta. Muitas vezes não fica evidente o que vai ser tratado e quem deve ser chamado, no caso de convites. Assim, apontou-se ser fundamental que os convites venham com o objetivo e que as solicitações sejam realizadas de forma menos agressiva, exemplificando que muitas mensagens chegam com aviso de urgente grafado em letras maiúsculas. Complementou-se que com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) a comunicação deve ser sempre pelos meios institucionais, não sendo permitido trocar arquivos via *WhatsApp*. Provavelmente, esse aplicativo será substituído pelo *Google Chat*. Também foi problematizado o envio das mensagens em horários distintos ao horário de trabalho. **PONTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA:** Indicou-se que na próxima plenária devem ser pautados os assuntos, uma vez que não houve tempo hábil para discussão nesta plenária: 1) Criação da Comissão Organizadora do 11º. Congresso Regional da Psicologia de São Paulo (COREP); 2) Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP (Pesquisas locais do CRP SP); 3) APAF – Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (Aumento do Número de Conselheiras/os no CRP SP); 4) Fluxo de solicitações para Comunicação e Acordo com Comissões Estaduais. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz

Borges Brambilla deu por encerrada a sessão às dezoito horas, da qual eu, conselheira secretária, Raizel Rechtman, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, 17 de abril de 2021.

Annie Louise Saboya Prado	Beatriz Borges Brambilla
Edgar Rodrigues	Eduardo de Menezes Pedroso
Emanoela Priscila Toledo Arruda	Ivani Francisco de Oliveira
Jumara Silvia Van De Velde	Luana Alves Sampaio Cruz Bottini
Luciane de Almeida Jabur	Maria da Glória Calado
Maria Rozineti Gonçalves	Mônica Cintrão França Ribeiro
Mônica Marques dos Santos	Murilo Centrone Ferreira
Raizel Rechtman	Rita de Cássia Oliveira Assunção
Rodrigo Toledo	Sarah Faria Abrão Teixeira
Talita Fabiano de Carvalho	Tatiane Rosa da Silva